

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

«OPTAR DE NOVO PELA DESERÇÃO?...» CARTA ABERTA DE DESERTORES AO ESTADO-MAIOR DAS F. A.

Os abaixo assinados vêm junto do Estado-Maior General das Forças Armadas expor a situação em que se encontram.

Somos desertores e refractários que se opuseram à política colonialista muito antes do 25 de Abril, o qual veio confirmar a justiça da nossa atitude.

A recusa de participação na opressão colonial por parte de milhares de desertores e refractários, independentemente até das suas motivações, foi um factor que contribuiu inegavelmente para a hora de descolonização actual. Assim, consideramos o exílio a que fomos forçados, como um contributo — o nosso «tempo de tropa» — para a solução do problema colonial.

Não podemos deixar de assinalar que o exílio não constituiu, de forma alguma, uma planificação da nossa vida social; antes pelo contrário. É que a idade da maioria de entre nós se situa hoje entre os 25 e os 35 anos, na generalidade com família constituída e os encargos daí decorrentes. Pretender agora interromper a nossa inserção profissional e social, não pode deixar de constituir um fardo intolerável para as nossas vidas. A partir de uma certa idade — que para nós não está longe — a sociedade não nos alimenta se até então a não tivermos alimentado.

Não pretendemos beneficiar de um estatuto de privilegiados. Reivindicamos um direito, convencidos de que ele nos assiste:

— QUE OS QUE RECUSARAM NA DEVIDA ALTURA SERVIR O EXÉRCITO, PORQUE ESTE ERA ENTÃO UTILIZADO AO SERVIÇO DA POLÍTICA COLONIALISTA DO REGIME DEPOSTO PELO 25 DE ABRIL, NÃO SEJAM AGORA FORÇADOS A CUMPRIR UM NOVO TEMPO DE SERVIÇO, MEDIDA FRANCAMENTE INJUSTA E PUNITIVA.

Sublinhamos que esta nossa posição, tendo como finalidade a defesa do que explicitámos, não pretende interferir de forma alguma nos princípios que enformam o regulamento militar. Mas por outro lado, se nos pretendem apresentar o velho argumento da razão da lei, argumentaremos que também os mentores do 25 de Abril tiveram de optar, tal como nós o havíamos feito, pela lei da razão contra a razão da lei.

Esperamos e pedimos insistentemente que uma resposta, o mais concreta possível, nos seja dada. Constituiria, para aqueles que a isso se vissem forçados, uma dura decisão ter de optar de novo pela deserção, como única alternativa para os problemas que enfrentamos.

Declaramos ainda que nos encontramos na disposição de prestar todos os esclarecimentos julgados necessários, quer às entidades competentes, quer publicamente.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1974

aa) António Vieira Caeiro	Luis Matias
Artur Silveira da Cunha	Manuel Abreu
Fernando Almeida Ribeiro	Manuel Carvalho
José Augusto Silva Marques	Manuel Gomes
Júlio Henriques	



Comunicado da comissão sindical-TAP (n.º 27)

Os trabalhadores reunidos em plenário nas instalações da TAP no dia 19 de Dezembro de 1974, aprovaram a «emoção» que a seguir se transcreve:

CONSIDERANDO

- Que têm repetidas vezes manifestado a sua decisão de princípio de resolver prioritariamente os problemas relacionados com a reintegração de todos os camaradas abusivamente afastados da Empresa;
- Que a Administração não só não cumpriu o que os trabalhadores decidiram, como tomou posição que pode considerar-se de fascista e provocatória conducente a uma prova de força com os trabalhadores;
- Que algumas direcções sindicais têm procurado por forma demagógica e oportunista, através de um inquérito distribuído, arrastar os trabalhadores para posições incorrectas, desviando para tal a sua atenção unicamente para o A.C.T., e divorciá-los da questão fundamental das suspensões e despedimentos;
- Que as autoridades militares e o Ministério do Trabalho,

LUTA CONTRA AS SUSPENSÕES E DESPEDIMENTOS

no que toca às suspensões de trabalhadores, têm vindo a arrastar o processo de forma incompreensível e lesiva dos justos interesses dos trabalhadores.

DECIDEM

- Ratificar as posições tomadas nos plenários do Pavilhão dos Desportos (18 de Novembro) e na Voz do Operário (12 de Dezembro de 1974);
- Efectuar nova concentração em frente do edifício 25 no dia 27 de Dezembro de 1974 às 15 horas, caso não tenham sido reintegrados os trabalhadores que estão suspensos e «pretensamente despedidos»;
- Que os trabalhadores em questão se apresentem e retomem o trabalho no dia 6 de Janeiro de 1975;
- Vincular a C. S. a divulgar esta moção pela Administração da TAP, autoridades militares e órgãos de informação;
- Vincular a C. S. a convocar a concentração do dia 27 de Dezembro de 1974.

A moção foi aprovada por maioria absoluta e aclamação.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1974
A Comissão Sindical

A ADMINISTRAÇÃO DA TAP BOICOTA A DIVULGAÇÃO DA NOSSA LUTA

Dado que ainda não foram reintegrados os nossos camaradas abusivamente afastados do seu trabalho na TAP, realizou-se no dia 27 de Dezembro passado uma concentração de trabalhadores da TAP (forma de luta aprovada em plenário de trabalhadores no dia 19 de Dezembro de 1974) frente ao edifício 25 (Administração).

A essa concentração pretendiam assistir dois jornais diários, os quais foram impedidos de entrar para as instalações da TAP. A proibição veio da Administração da empresa, para tal se baseando no facto de considerar que a concentração dos trabalhadores da TAP, constituía «meras questão interna».

Eis mais um exemplo, do que na realidade apavora o capital e seus suportes: a divulgação pelas massas trabalhadoras das lutas que camaradas seus desenvolvem no seio das fábricas, firmas, etc. contra a exploração capitalista.

Não deixaremos que a nossa luta pela reintegração dos camaradas afastados do seu trabalho seja calada, e prosseguir-la-emos até que eles retomem o seu lugar.

Um grupo de trabalhadores da TAP

MESA-REDONDA

TABOPAN (METALÚRGICOS) — ALVES & C.A — OFICINAS ALBERTO MARINHO

AMARANTE

COMB — Podíamos começar esta mesa-redonda pela descrição do que se passou em cada uma das fábricas, focando também como se processou a eleição dos delegados sindicais.

Um operário (Alves & C.) — Nós não conseguimos eleger os delegados sindicais por meio de vários operários e ameaças do patrão, como por exemplo despedir aqueles que passem para delegados sindicais. Com respeito a delegados sindicais não conseguimos ainda elegê-los.

COMB — Neste momento vocês não têm delegados sindicais mas, pelos vistos, já tentaram elegê-los.

Um operário (Alves & C.) — Lutámos ainda por isso, tentámos elegê-los. A tal

ameaça do patrão que se soubesse que havia lá qualquer indivíduo que fosse para delegado sindical o punha na rua, é por isso que a malta não tem conseguido nada. E agora como isto já vai há muito tempo, não é, que ainda não conseguimos nada, há lá dois ou três operários que parece que se querem resolver. Até estávamos para ir no sábado ao sindicato.

Um operário — Mas quem arranjou? O patrão?

Um operário (Alves & C.) — Não, dois operários de lá. Como isto vai avançando e nós não recebemos o ordenado do contrato colectivo, eles querem ir ao sindicato. Até estavam para ir lá este

sábado, mas um teve um problema qualquer...

Um operário — Mas vocês é que tinham de decidir se eles são ou não eleitos.

Um operário (Alves & C.) — Não. Esses indivíduos que lá querem ir, eu já lhes expliquei como é que devemos eleger ali os delegados sindicais. Sei mais ou menos: através de uma reunião, listas ou qualquer que se possa arranjar. Mas eles querem lá ir saber as categorias que têm. Saber mais ou menos, para o sindicato os informar de como é que eles devem fazer.

Um operário — Como é que se processa a eleição?

Um operário (Alves & C.) — Pois, como se processa a eleição?

Um operário — Por iniciativa própria eles serem eleitos delegados, isso não pode ser. Vocês é que têm de decidir se eles são de confiança ou não.

COMB — Quais as razões que vos levam a querer eleger os delegados sindicais? Porque houve uma luta e vocês tiveram necessidade de eleger delegados que servissem de intermediários entre o patrão e o sindicato?

Um operário (Alves & C.) — Lá luta não tem havido nenhuma. Os operários de lá, que antes do 25 de Abril ganhavam um ordenado miserável não podia

contar com um operário mais ou menos especializado que ganhava à volta de 6000\$00. Esses não se interessam de nada, nós é que nos temos de arranjar, eles tentam ahafar-nos.

COMB — Então porque é que vós estais interessados nos delegados sindicais?

Um operário (Alves & C.) — Nós estamos interessados para desmascarar isso tudo depois, julgo eu...

Um operário — Isso é um prémio que o patrão dá, mas há uma série de indivíduos que não conseguem apanhar esse prémio. Esse prémio é de produção, não é prémio de trabalho.

(Continua na pág. 5)

AZAMBUJA: TRAÇO DE UNIÃO ENTRE O PROLETARIADO E O CAMPESINATO

(Entrevista com um carpinteiro da construção civil)

COMB. — Qual é a sua profissão aqui na Azambuja?

TRAB. — Sou carpinteiro da construção civil.

COMB. — Trabalha para quem?

TRAB. — Trabalho para o Sr. Dr. Ortigão Costa.

COMB. — Parte dessas pessoas que trabalham na Azambuja trabalham no campo, na indústria de automóveis e na indústria do tomate. Qual é o sítio onde trabalha a maior parte desta gente?

TRAB. — Trabalha na indústria automóvel.

COMB. — A indústria automóvel é uma indústria recente?

TRAB. — Tem cerca de 11 anos.

COMB. — Essa gente que trabalha na indústria automóvel foi deslocada da Agricultura?

TRAB. — Sim, parte dela foi.

COMB. — Qual é a vantagem de trabalhar mais na indústria do que no campo?

TRAB. — Acho que a vantagem foi só uma na altura o pessoal do campo ganhava muito pouco. Como surgiu a indústria automóvel foi vamos lá, um refúgio para uns, pois eram muito mal pagos no campo e viram a possibilidade de ganhar mais alguma coisa na indústria automóvel.

COMB. — Actualmente as pessoas que trabalham na indústria automóvel pensam voltar à agricultura?

TRAB. — Sim. Quer dizer, esse problema pouco sei dizer mas eles enfim continuam a ver a possibilidade de ganharem um pouco mais na indústria automóvel não sei se eles pensarão nisso.

COMB. — Mas por exemplo: pessoas que trabalhavam a terra por sua conta ou arrendada e que actualmente já não o fazem desta maneira portanto sendo directamente pagos pelo patrão ainda pensam tentar obter terra para trabalhar por sua conta ou preocupam-se mais actualmente em tentar obter um nível de vida que já lhes dá para subsistir mesmo trabalhando por conta de outrem.

TRAB. — Essa coisa de terem terra para trabalhar e explorarem por conta deles isso no campo de Azambuja talvez nunca tivesse acontecido. Eles trabalham sempre por conta de outrem e talvez mais por isso é que eles se refugiaram na indústria automóvel.

COMB. — O Dr. Ortigão Costa é um fulano que não é daqui, não é?

TRAB. — Não, ele não é daqui. Ele

é do Algarve, é algarvio e não sei de que terra será, não posso precisar, mas sei que ele é algarvio.

COMB. — Portanto ele não tinha cá terras inicialmente, aqui há quinze anos ele não tinha nenhuma terra?

TRAB. — Não, não tinha.

COMB. — Ele chegou e comprou, tinha riqueza pessoal ou como é que foi?

TRAB. — Ai já não sei, já não consigo precisar, sei que da parte da mulher já tinha, mas dele mesmo não tinha nada.

COMB. — Portanto o casamento dele foi um casamento que lhe foi vantajoso para a compra de terrenos aqui na região?

TRAB. — A pergunta é difícil...

COMB. — Inicialmente dedicou-se só à agricultura?

TRAB. — Pois foi que: já a propriedade que era do sogro portanto da mulher dele e agora dele é por base agrícola.

COMB. — Talvez se pudesse tentar historiar mais ou menos a maneira como evoluiu a exploração que ele ia fazendo das terras, portanto: o que é que ele começou por explorar, que tipo de contratos e que fazia com as pessoas e depois disso em que altura apareceu a fábrica de tomate como é que evoluiu mais ou menos ou pelo menos desde a altura em que o conhece?

TRAB. — Eu só comecé a ter mais conhecimento na altura em que apareceu precisamente a fábrica. A fábrica está a funcionar acerca de 14 anos salvo erro.

COMB. — E começou logo com o tomate e com os enlatados todos de produtos agrícolas ou começou como?

TRAB. — A fábrica começou de princípio pelo concentrado de tomate, só depois começou a evoluir não é, e começou a explorar o tomate pelado e depois veio então os outros enlatados, os pratos cozinhados, o feijão, o grão e por aí fora.

COMB. — Nessa altura como é que ele obtinha os produtos agrícolas. Era já nas terras que ele explorava por sua conta ou era por meio de arrendamento de terras ou era por compra desses produtos a outras pessoas.

TRAB. — Ele no princípio do tomate foi logo, quer dizer foi extrair das terras que ele tinha por conta dele mesmo. O feijão acho que ele tem estado a comprar sempre, carnes também e só o que ele explora na terra que é dele, por conta dele é o tomate.

COMB. — Podíamos talvez agora ver quantas pessoas mais ou menos trabalham para ele e o tipo de relações de trabalho que ele estabelece com elas, o tipo de contrato, etc. Portanto são tudo pessoas aqui da Azambuja ou se vêm pessoas de outras zonas do país para trabalhar, que nas terras, quer na fábrica.

TRAB. — A trabalhar nas terras são pessoas geralmente daqui e das redondezas, portanto destas terras mais chegadas são contratadas por intermédio de outras pessoas e essas pessoas são capazes que as trazem para aqui e vão trabalhar no seu dia a dia não é, aqui para o campo. Dentro da fábrica além daquele efectivo que lá têm que é, posso precisar talvez passar a uma centena de pessoas, pouco passará, e então tem grande número que é contratado nominalmente no Alentejo e que vem aqui somente no período do Verão, no período da campanha do tomate vem para trabalhar. Essas pessoas são contratadas por um intermediário que ele já tem no Alentejo.

COMB. — Quanto é que ganham aqueles que trabalham sempre aqui, e quanto é que ganham aqueles que vêm do Alentejo para trabalhar aqui na altura da colheita do tomate?

TRAB. — Exactamente o que eles ganham não consigo precisar mas sei que essas pessoas que vêm contratadas do Alentejo normalmente vêm ganhar o equivalente àqueles que estão lá efectivos.

COMB. — Olhe, quantos trabalhadores efectivos é que estão lá a trabalhar na agricultura?

TRAB. — Efectivos temos os tractoristas e tem mais, não sei, talvez, efectivos mesmo tem poucas pessoas. A bem dizer as pessoas são contratadas mesmo na altura da exploração do terreno.

COMB. — Não pode dar uma ideia do número de trabalhadores efectivos e de trabalhadores temporários.

TRAB. — Eles são quase todos temporários. Só na altura das searas é que eles vêm aí cair. Contratam os trabalhadores e em acabando essas mesmas searas ele fica só com um número de pessoas que são aquelas que estão entregues às searas de tomate e depois continuam a trabalhar na casa mas lá dentro...

COMB. — E Quantas são? 2 ou 3 dezenas?

TRAB. — Sim. 2 ou 3 dezenas só.

COMB. — Durante o resto do ano quando não estão a trabalhar para ele as pessoas que trabalham temporaria-

mente o que é que fazem?

TRAB. — Eu não consigo...

COMB. — Uns voltam para o Alentejo não é? E os outros aqui da Azambuja que também têm contratos temporários de trabalho fora isso em que é que se ocupam. Ocupam-se de outras terras? Não têm trabalho? Têm terras próprias, como é que trabalham? Sim, por exemplo, as pessoas que trabalham na indústria automóvel trabalham lá o ano inteiro não é?

TRAB. — Essas pessoas da indústria automóvel trabalham lá o ano inteiro. Os outros, tirando as pessoas que vão para o Alentejo, as pessoas de cá de Azambuja como eu disse há pouco há pessoas que são contratadas das terras aqui próximas. Essas pessoas voltam às terras delas não é isso...

COMB. — Essas pessoas têm terras próprias ou vão também trabalhar para outros patrões?

TRAB. — Terras próprias talvez não tenham mas... já pertenciam a outros tipos de terrenos do norte onde há mais agricultores e onde está a terra mais dividida e então são pessoas que têm umas vinhas pequenas, têm uns pomares e exploram essas terras mesmo trabalhando por conta dos outros e tal...

COMB. — São terras mesmo deles não é? Nessas casas dos pomares e das vinhas são terras mesmo deles que já lhes dão para subsistir o ano inteiro.

TRAB. — Alguns são. Alguns têm pequenas vinhas e que embora não lhes dê mais depois eles já vão trabalhando uns por conta dos outros e vão subsistindo.

COMB. — Isso é para aqui para que zona? A terras do Norte isso para cima de quê?

TRAB. — E mesmo aqui em Azambuja quer dizer portanto aqui para os Casais de Azambuja, arredores de Azambuja portanto, Aveiras de Cima e aquelas alturas ali pelos arredores.

COMB. — A fábrica de tomate foi construída com trabalhadores da construção civil ou com trabalhadores agrícolas?

TRAB. — A fábrica de tomate foi construída evidentemente por trabalhadores da construção civil mas trabalhadores que já trabalham por conta desse senhor Ortigão Costa. São trabalhadores que ele tem efectivos na quinta em Santo Finheiro que é a quinta dele...

COMB. — E aqui perto?

TRAB. — É aqui ao pé, aqui perto. É mesmo aqui na Azambuja a bem dizer às portas de Azambuja. São traba-

lhadores que lá trabalham, alguns já há 15 anos ou mais na construção civil.

Estes trabalhadores, — vamos lá a dizer, — estão a ser explorados na questão da previdência, em que estão a ganhar um ordenado de base em que foi acordado entre os sindicatos e o grémio dos construtores civis, mas que nos descontos para previdência estão a descontar na base de 1.200\$00 por mês.

COMB. — Segundo esses contratos quanto deveriam descontar?

TRAB. — Nós devíamos descontar 6,5 % sobre o ordenado base. Portanto 6,5 % sobre um ordenado de 6900\$00, não chega a 500\$00 o que deveriam descontar, — mas assim descontam muito menos. Em vez de descontarem sobre o ordenado de 6.900\$00 descontam sobre o ordenado de 1.200\$00. Resumindo, o que acontece é o seguinte: Como a descontar pelo ordenado real eles teriam de descontar 6,5% sobre o ordenado de 6.900\$00 o que faz quase 500\$00 por mês, no regime rural para a previdência — foi o despacho de 28 de Setembro 70 que decretou, — val facilitar-lhes a vida, pois só os obriga a descontar sobre o ordenado de 40\$00 por dia. O que acontece, é que em período de doença o operário só ganha 24\$00 por dia.

COMB. — Portanto o patrão paga o ordenado que é obrigado a pagar por contrato da C. civil por um lado, mas por outro lado os descontos que fazem para a Previdência, portanto os ordenados que as pessoas vêm a receber em tempo de doença são esses ordenados que correspondem a 1.200\$00 por mês. Não é?

TRAB. — Sim. É isso mesmo.

COMB. — Qual é o tipo de relações que existe entre as pessoas que trabalham na indústria automóvel e as pessoas que trabalham na indústria directamente relacionada com a agricultura.

TRAB. — A maioria das pessoas é aqui da zona. Muitos deles fugiram do campo para lá, outros vieram de fora da terra para cá, (mas isso é já uma minoria) — mas dão-se todos. Tanto as do campo como aquelas que actualmente trabalham na indústria automóvel dão-se umas com as outras, como se davam até à data em que ingressaram na indústria automóvel.

COMB. — Nota-se alguma diferença no modo de vida das pessoas que são assalariadas agrícolas, do modo de vida das pessoas que são assalariadas industriais?

(Continua na pág. 7)

TROIA

COM A NACIONALIZAÇÃO AGRAVA-SE A EXPLORAÇÃO

Camaradas, trabalhadores de TRÓIA

Com o derrube do regime fascista a A. C. como empresa privilegiada desse regime entrou em profunda crise financeira. Crise essa que forçou a intervenção do novo Governo.

1 — Quando da visita do Ministro do Trabalho a Tróia em 5 de Dezembro de 1974, este afirmou perante a assembleia de trabalhadores de que a nova administração se obrigava a cumprir o anteriormente determinado. Isto é tão importante para os trabalhadores porque esse 13.º mês, subsídio de férias e retroactivos, foram conseguidos à custa da passagem das 40 às 45 horas de trabalho. Como se isso não bastasse o Senhor Ministro disse que nós ficaríamos «com o melhor patrão — o Estado». Ora se o patrão é o Estado temos direito às regalias que ele dá aos outros empregados do Estado.

2 — Dia 17 de Dezembro de 1974 a Comissão de Trabalhadores convocou

uma assembleia geral na qual o administrador coronel Esgalhado informou os trabalhadores de que o Governo não poderá pagar o 13.º mês, e quem o devia fazer era o sr. Agostinho da Silva, pois foi a ele que se responsabilizou por esse pagamento:

a) Estando esse senhor preso às ordens do Governo e muito bem (pena é que não estejam lá todos os capitalistas desta terra, ladrões do Natal de todos os trabalhadores tendo, portanto, esse senhor os bens congelados). Certamente que quem os congelou (o Estado) é que tem de tomar essa responsabilidade. Nessa assembleia tomaram os trabalhadores em geral a decisão de que o Ministro do Trabalho está «vesse presente no dia seguinte em Tróia para que em conjunto com os trabalhadores se decidisse o pagamento do 13.º mês antes do Natal.

3 — Não entendemos que pessoas ou partidos políticos que se dizem da classe operária venham dizer que fo-

ram os grupos de inconscientes e reaccionários que tomaram essa decisão. Esses partidos, tal como o P.C.P., no comunicado n.º 2, querem dividir os trabalhadores transformando uma luta da classe em luta de partidos. Quando os trabalhadores em assembleia pedem a vinda do ministro a Tróia é para que ele responda perante os trabalhadores o que afirmou no dia 5 de Dezembro de 1974.

4 — Em representação do Ministro do Trabalho, do qual faz parte um elemento bem conhecido de Tróia o sr. Eng.º Fragata, deslocaram-se a Tróia, os srs. Daniel Cabrita e capitão Tomás Rosa para informar os trabalhadores de que o Governo estava a braços com graves problemas económicos não podendo garantir desde já o pagamento do 13.º mês, não falando já do subsídio de férias fazendo com que sejam os trabalhadores a sofrer as consequências de todos os problemas deste país. Porque nós trabalhadores de Tróia temos a certeza que no Natal

dos ricos deste mesmo país não serão sentidos os graves problemas.

Quando o capitão Tomás Rosa pergunta aos trabalhadores qual é a resposta que encontram para a resolução destes problemas, quando alguns camaradas se prontificaram a apresentá-los, foram impedidos de o fazer pela própria Comissão dos Trabalhadores de Tróia que se diz defensora dos trabalhadores e se desmascarou como todos viram agindo como polícia do Ministério do Trabalho. Não chegando esta atitude da Comissão foi o próprio capitão Rosa que impediu que um camarada tomasse a palavra contrariando tudo o que tinha dito sobre democracia. Daqui os trabalhadores podem concluir que estes senhores só entendem a democracia entre os que mandam, porque quando os trabalhadores democraticamente querem usar da palavra são impedidos de o fazerem.

Impediram-nos efectivamente do uso

da resposta, nessa altura, mas não nos calam para sempre.

A nossa resposta para os graves problemas é uma só:

— Acabe-se com a exploração capitalista.

— Fim à nacionalização de empresas falidas.

— Nacionalizem-se e socializem-se todas as empresas do país.

— Como todos os trabalhadores de Tróia exigimos uma assembleia de trabalhadores onde a comissão terá que relatar o que se passou no Ministério do Trabalho, que se diga por quem foi mandado barrar o caminho aos camaradas que queriam falar.

— Camaradas, só os trabalhadores unidos encontraram solução para os seus problemas.

— A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores.

— Pela vitória do socialismo e comunismo.

Um grupo de trabalhadores de Tróia

EDITORIAL

HOJE — Lutar contra o capitalismo de Estado. Uma análise, algumas considerações, duas críticas justíssimas

No dia 13 de Dezembro o governo mandou prender uma dúzia de grandes capitalistas e altos técnicos de gestão. Esse acto foi apresentado como uma medida que visava defender de sabotagens a economia nacional.

Passado já um mês sobre o acontecimento, quando os preços continuam a subir e os cintos a apertarem-se, quando a exploração continua como dantes, muitos dos trabalhadores que ficaram eufóricos com essa medida governamental já a terão reduzido às devidas proporções — ou, pelo menos, a proporções mais modestas...

A euforia que se apodera da maior parte dos trabalhadores quando os governantes tomam certo tipo de medidas, as esperanças que então florescem, têm a sua explicação. Habitados a obedecer e a ser oprimidos e a viver sob uma máquina de Estado tão grandiosa que não ousavam sequer encará-la, os trabalhadores habituaram-se também a olhar para esse Estado como algo de quase divino, de onde vem o terror mas de onde poderá também, talvez, vir a esperança de uma salvação. E mau que assim seja? No final de contas, tanto melhor! Quanto mais esperanças os trabalhadores tiverem, hoje, em que o Estado ou qualquer organização exterior à classe possa resolver os seus problemas, melhor lutarão amanhã contra o Estado e contra todos os seus sustentáculos, quando essas esperanças forem ruindo e virem que do aparelho de Estado só vem a opressão e, cada vez mais, a exploração.

Aproveitemos, pois — agora que mais uma esperança ruiu também — para analisar o verdadeiro significado daquelas prisões.

UMA ANÁLISE

Aquela dúzia de nomes reparte-se por dois grupos económicos. Um é o grupo de Sarmiento Rodrigues. O outro, o de Jorge de Brito.

O grupo de Sarmiento Rodrigues é aqui atacado mais por razões políticas do que por razões económicas. Ou melhor: as razões económicas seriam insuficientes para o atacarem desta maneira se não pesassem os motivos políticos. O almirante Sarmiento Rodrigues, antigo governador de Moçambique, desde há muito defensor de uma política neo-colonialista como Marcelo procurou inicialmente seguir e como Spínola tentou seguir também, é o grão-mestre da Maçonaria e um dos tutores políticos de Adelino da Palma Carlos (o primeiro-ministro do 1.º governo provisório). Sarmiento Rodrigues pode ser um dos mais consideráveis apoios do grupo de Spínola, na medida em que, melhor do que ninguém, sabe estabelecer contactos simultâneos com os marcelistas, com certos clãs do exército, com grupos colonialistas, etc. Além disso, a sua ligação à Maffia (os 800 mil contos que a Torralta arranhou à última hora eram emprestados pela Maffia), onde convergem não só a CIA como os principais grupos de extrema-direita actual, que fazem da Itália a sua sede, torna-o basto indesejável num momento em que o mercado português é disputado aos americanos pelo bloco imperialista da URSS (mesmo que para isso se passe por cima das greves dos pescadores, por exemplo — ou precisamente com essa vantagem para os capitalistas...). Em suma, a deserticulação do grupo de Sarmiento Rodrigues obedece mais a razões políticas pré-eleitorais do que a razões económicas.

E a prisão de cabecilhas do grupo Jorge de Brito? Este passo já tinha sido preparado quando, há alguns meses o governo havia posto sob administração sua o Banco Intercontinental Português e o Crédito Predial, maioritariamente detidos por aquele capitalista. Mas o facto de ser Jorge de Brito o atacado e não qualquer outro dos grandes capitalistas portugueses — Melo, Champalimaud, Quina, Cupertino, Espírito Santo, nomeadamente — é deveras curioso. Jorge de Brito joga com as transferências de capitais para o estrangeiro, alega-se. E os outros capitalistas, o que fazem? Mais: o que têm inevitavelmente que fazer desde que se mundializaram as relações de produção capitalistas. O capital é, hoje, internacional, tendo dois grandes polos de concentração (A URSS e os EUA) ou talvez três. A mobilidade do capital é a consequência prática inelutável desta situação objectiva. O que há é várias maneiras de o fazer, e Jorge de Brito escolhia uma que não agradou ao actual regime e ao tipo de capitalismo que pretende instaurar. Mas outros capitalistas, nomeadamente Quina e Espírito Santo, agem de modo idêntico. Porque se escolhe então Jorge de Brito? E que Jorge de Brito foi o único dos que, jogando na especulação de bolsa, desde que se desenvolveu o último grande surto inflacionista conseguiu chegar a um lugar relativamente notável. A sua concorrência era pois irritante para os capitalistas «antigos», atrás mencionados, tradicionalmente imperantes nos últimos vinte anos. Acresce ainda outro factor. Desde há uns três anos que Jorge de Brito era efectivamente controlado por António Champalimaud (os empréstimos a Jorge de Brito passavam pelo Banco Pinto e Sotto Mayor, por exemplo). Livrando-se de Jorge de Brito, não só todos os capitalistas, Champalimaud incluído, se livram de um incómodo concorrente adventício que as vagas da especulação tinham feito trepar, como Melo (CUF) joga mais um peão no cerco ao seu mais directo e mais perigoso rival: António Champalimaud. No actual governo, tanto o ministro da Economia como o das Finanças giram na órbita de Jorge de Melo (lembramo-nos do despacho do Verão passado que pretendia estadualizar, «nacionalizar», a Siderurgia, que pertence ao grupo Champalimaud, em benefício directo e exclusivo da sua principal concorrente na metalurgia, ou seja, a CUF. Depois, Champalimaud conseguiu fazer com que esse despacho não fosse avante).

E que mal escolhido é o argumento governamental de que, prendendo-se Jorge de Brito, se evita a sabotagem na produção! Mas Jorge de Brito não controla nenhuma unidade produtora, nenhuma fábrica, qualquer indústria! Jorge de Brito subiu como especulador e no capital puramente monetário realizou a sua fortuna. Para defender a produção, é um capitalista sem fábrica, e já sob o controle de outro, que o MFA foi esco-

lher! Mas será que os governantes e o MFA consideram toda a população deste país como uma caterva de patetas?

Em suma: o ataque a um dos grupos deve-se a motivos predominantemente políticos. A eliminação do outro grupo deve-se a duas ordens de motivos económicos: a luta dos capitalistas antigos contra um capitalista novo; e a luta, já velha entre o grupo CUF e o grupo Champalimaud.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dir-se-á: mas isso é uma análise que pode ser feita conhecendo os meandros da história. Quem os não conheça...

Quem os não conheça, conhece o Estado e sabe para que serve. Sabe que os trabalhadores não lutam contra Rodrigues ou Brito, mas sim contra a exploração capitalista e a opressão a que estão sujeitos, com Sarmiento e Jorge ou sem Sarmiento e Jorge.

Mudaram as relações de produção na TORRALTA? Tem agora uma comissão de gestão da qual fazem parte — até!... — senhores da «querda socialista». E depois? Isso só significa que, tal como dantes, são uns que trabalham e outros que orientam o trabalho. São uns a produzir a mais-valia e outros a determinar a sua aplicação, isto é, a apropriar-se dela, na medida em que podem orientar o seu uso. É a exploração, como dantes. Um pouco mais acentuada, até, no caso da Torralta, porque regalias que os trabalhadores, à custa de duras lutas e grandes sacrifícios, tinham conquistado, querem agora retirar-lhas, nesta maré de mudanças. Escrevimos no n.º 11, alguns dias antes das prisões do grupo Sarmiento Rodrigues: «Sabemos que se pensa pôr a Torralta dependente do sector público («nacionalizá-la») não pagando, até lá, os salários. (...) Capitalismo privado ou Capitalismo de Estado — são sempre os trabalhadores a pagar. ATÉ QUANDO?»

E, quanto ao BIP e ao Crédito Predial, mudaram as relações de produção que eles consubstanciam? Os bancos, desde o desenvolvimento do monopolismo no princípio do século, são o cérebro do sistema Capitalista, o centro de orientação superior da exploração. E esse carácter de centro da exploração só é reforçado quando estão nas mãos do Estado, que é o mais central e o mais centralizador de todos os aparelhos do capitalismo.

E aqui que bate o ponto. As alterações na Torralta e no BIP significam, unicamente, o desenvolvimento do Capitalismo de Estado.

Escrevimos, no Editorial do n.º 9, e também no do n.º 11, que uma das particularidades do projecto de Capitalismo de Estado que o MFA e os partidos da coligação encabeçam é o de procurar integrar os próprios capitalistas privados nesse capitalismo de Estado, garantindo-lhes a inclusão entre os gestores principais da produção. Não vamos agora repetir os porquês económicos dessa tentativa do actual regime, nem os como instituições que tem de realizar para tal efeito. E o futuro, pela posição dos capitalistas privados e pela luta do proletariado contra o capitalismo, privado ou de Estado, dirá se a economia portuguesa pôde rumar nesse sentido. Por enquanto, atacando estes dois grupos, o governo deixa intactos os maiores monopolistas privados (no caso da prisão de Jorge de Brito favorecendo, até, alguns deles, nomeadamente Melo). Mas faz suspender também sobre eles uma certa ameaça, ou melhor, um mal-estar. Espera, assim, que mais facilmente os nossos capitalistas privados apoiem a sua conversão em capitalistas (= gestores) de Estado...

...Para maior salvação e glória da exploração capitalista.

DUAS CRÍTICAS JUSTÍSSIMAS

Lembremos agora as euforias de há um mês. Que a CDE-MDP andasse por aí estrelajando foguetes e distribuindo comunicados à população, deitando poeira nos olhos e pretendendo encobrir o Capitalismo de Estado com os disfarces do socialismo — não nos espanta. É para isso que ela serve. É a grande agência de angariação de clientela do MFA.

Mas a euforia foi mais geral. Foi muito, foi demasiado geral.

Não falemos já daqueles — tantos... — grupos, partidos, jornais, etc., que, sendo na realidade partidários desse tipo de medidas, só não exprimem a sua concordância porque querem ser eles e não os actuais governantes, a tomá-las. Trata-se, aí, de luta entre candidatos à governação.

Grupos que dizem defender a autonomia de base dos trabalhadores e que têm afirmado que só essa autonomia de base pode construir o socialismo, escreviam então que «apoiamos as medidas progressistas levadas a efeito pelo MFA no dia 13 de Dezembro» e que «medidas como esta sempre estiveram no espírito desta organização revolucionária» — como é o caso da LUAR. Partidos, como o PRP, que se mostram ferrenhos defensores dessa autonomia de base, e que em alguns casos a praticam, encarecendo lamentavelmente os seus elogios de então com as críticas de outrora, afirmavam que essas prisões «são um passo decisivo dado pelo MFA no sentido de barrar o caminho à actuação dos exploradores e manobreadores da burguesia». Dizem a seguir, tentando demarcar-se assim do MFA, que «quando se tomam medidas deste tipo é preciso ir até ao fim». Só que o fim destas medidas é o capitalismo de Estado e que a função dos revolucionários não é o de acelerar o desenvolvimento da conversão do Estado em patrão único, e sim o de opor o comunismo ao capitalismo de Estado.

Por um lado há a teoria sobre questões gerais e abstractas; por outro há a confrontação com a realidade, as peripécias do concreto, as pequenas rasteiras do quotidiano — e lá se vão teorias e declarações de princípios e tudo o mais. Fica a euforia. Os aplausos perante o Estado. As bênçãos ao capitalismo de Estado.

A grande luta que o proletariado hoje trava, não só em Portugal como em todas as partes do mundo, é a luta contra o capitalismo de Estado. No caso particular português, é a luta contra a transformação do capitalismo privado em capitalismo de Estado, e contra o capitalismo de Estado já existente. E, nessa luta, nenhum dos partidos ou organizações políticas foi de qualquer proveito. Pior: todos eles vêm, nestes momentos críticos, com a euforia que revela a sua subordinação ao Estado e ao capitalismo, confundir mais ainda, camuflar melhor os novos exploradores, ajudar afinal à reconversão moderna do capitalismo.

E isto, camaradas, não é tecer argúcias ideológicas sobre uma questão de gravidade a longo prazo.

A questão é grave já.

SINDICATO DOS CAIXEIROS, PROFISSIONAIS EM ARMAZÉM E PROF. SIMILARES DO DIST. DE LISBOA

TRABALHADORES DA NUTRIPOL EM LUTA

- Porque nos negam o pagamento dos 12º e 13º meses;
- Porque nos ameaçam com a falência, lançando no desemprego 350 trabalhadores;
- Porque a administração da Nutripol condiciona à intervenção de organismos governamentais a resolução da grave situação que atravessamos, fugindo às suas responsabilidades;

APELAMOS para o apoio da população desta localidade, à luta que travamos, COMPRANDO NA NOSSA LOJA!

— CAMARADAS —
COMPRAR NA NUTRIPOL É COLABORAR NA LUTA QUE OS TRABALHADORES TRAVAM PARA SALVAGUARDA DOS SEUS DIREITOS!

A Comissão Interna

OS TRABALHADORES DA NUTRIPOL NÃO SE DEIXAM UTILIZAR PELAS MANOBRAS DO CAPITAL

A NUTRIPOL, cadeia de supermercados (com 13 lojas), é uma das 20 empresas (1) em que a UNIGEST, sociedade financeira, detém a maioria do capital e onde, por erros de cálculo, arrasta 350 trabalhadores para a instabilidade, acenando-lhes com o espectro do desemprego.

assegure-lhes a continuação da empresa; recomenda calma. Com calma e segurança chegámos a Dezembro. Agora confessa abertamente a impossibilidade de pagar os ordenados e o 13.º mês. O Governo do 25 de Abril não salvou a empresa com o empréstimo, a Administração nada pode fazer...

OS OPERÁRIOS AOS PATRÕES VÓS SOU UMAS BESTAS A GENTE NÃO TRABALHA MAIS PARA VÓS



dinária, onde terá estudada a aplicação do Art.º 189º do Código do Processo Civil (FALENCIA).

Podiram uma sindicância às actividades da empresa ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Economia e levaram ao conhecimento do COPCON a sua posição: vão continuar a trabalhar, vão continuar na empresa. Não esperam o empréstimo do Governo para insuflar vida no capital que os explora, mas querem que o Governo intervenha concedendo-lhes meios de sobrevivência e de trabalho, seu direito inalienável, pela nacionalização.

GRÃO-PARÁ 1300 TRABALHADORES DIZEM NÃO AO DESEMPREGO

Os trabalhadores do Grupo Grão-Pará, reunidos em sessão plenária no dia 20 de Dezembro de 1974, face à ausência dos dois principais Administradores Fernanda Pires da Silva e Abel Moura Pinheiro, o que implica o não funcionamento das várias empresas do Grupo e ao total abandono a que as mesmas foram votadas inesperadamente, na sequência de um processo que se tem vindo a arrastar desde 25 de Abril e que culminou com o não pagamento do 13.º mês, havendo a previsão de que

Da Comissão de Trabalhadores do Grupo Empresarial Grão-Pará, constituído pelas empresas: — IMOBILIARIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.R.L. — MATOR — Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.R.L. — INTERHOTEL — Sociedade Internacional de Hotéis, S.A.R.L. — SOMOTEL — Sociedade Portuguesa de Motéis, S.A.R.L. — ORPLANO — Organização de Planamentos Técnicos de Construção, Lda. — ROTA DO ATLÂNTICO — Agências de Viagens e Turismo. — EDEC — Edificações Económicas, S.A.R.L. — AUTODRIL — Sociedade do Autódromo do Estoril, S.A.R.L. — COMPORTUR — Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A.R.L. — A posição assumida pelos trabalhadores do grupo de empresas Grão-Pará tem tido total apoio do país, havendo inteira unidade e coesão dos 1300 trabalhadores em luta. — Contrariamente ao que nunca foi conseguido, a Matur atingiu, neste momento, graças ao esforço dos trabalhadores para garantirem a sua sobrevivência e frustrarem as intenções dos administradores (?), ausentes no estrangeiro, um índice de ocupação de 90%, com manifesta competência hoteleira. — Estão em plena elaboração os empreendimentos do Algarve, com o máximo esforço de operários e trabalhadores.

CAMARADA, APOIA A LUTA DA NUTRIPOL COMPRANDO NOS SEUS POSTOS DE VENDA

- LOJAS NUTRIPOL
- ZONA DE LISBOA
- Av. Estados Unidos da América, 27 — LISBOA
 - Rua Filipe Folque, 67 — LISBOA
 - Av. do Uruguai, Lote 1365 — LISBOA
 - Rua D. Diniz, 7-C — REBOLEIRA
 - Rua António Enes, 18 — QUELUZ
 - Largo do Mercado — SACA VEM
 - Rua Laureano de Oliveira, 56 — MOSCAVIDE
- ZONA DO PORTO
- Estrada Nacional, n.º 1 — ARRIFANA
 - R. da Cedofeita, 434-440 — CEDOFEITA
 - R. Latino Coelho, 264 — PORTO

- (1) NUTRIGESTE (Investimentos) URBIPOR (Imobiliário) PRÓDIETA PRONTO NUTRIPOL COTEME SERVICO SOVICO NUTRASER RUI D'ORREY (Indústria de Plásticos) SINTEX
- GEFEL (Serviços) APSA GESTOR (Investimentos) PRONTO SOGIL SINASE (Serviços) APETIS ALUMBA (trabalhadores em luta) — Fab. produtos Metálicos EUROPOR EUROFAC

Journal da greve 37 (suspensão) dos trabalhadores da Elacec/Inel Lisboa 16.12.74



Considerando: a - Que a nossa garantia de emprego só existe até 31-12-74; b - Que neste momento no país existem 150.000 desempregados e já se aponta 300.000 proximamente. c - Que a onda de despedimentos a que assistimos é resultado não só da crise internacional do capitalismo como também duma manobra organizada do capital. d - Que a lei contra os despedimentos anunciada pelo Ministro do Trabalho a C.D.D.T. em Julho e a sair até ao fim do ano o mais tardar, ainda não foi promulgada nem temos conhecimento que o venha a ser. e - Que os Sindicatos não têm tomado qualquer posição favorável aos trabalhadores frente aos despedimentos. f - Considerando ainda que o direito ao trabalho é a única garantia de subsistência dos trabalhadores.

Decidiu-se: A - Exigir à Administração uma garantia formal de que não fará qualquer despedimento nem rescisão de contrato de trabalho por um prazo não inferior a um ano. Esta garantia deverá ser dada por escrito até 26.12.74 inclusivé. B - Caso esta garantia não seja dada até esta data, a C.D.D.T. convocará um plenário para 4.1.75 para aí se decidirem as medidas a tomar. C - Que não aceitemos qualquer despedimento e que qualquer trabalhador que venha a ser despedido a partir desta data não aceite o despedimento e o comunique à C.D.D.T. D - Que ao primeiro despedimento ou rescisão de contrato de trabalho se paralize imediatamente o trabalho e se realize, o mais rapidamente possível, um plenário para aí decidirem as medidas a tomar. E - Que nos solidarizemos com todos os camaradas (de quaisquer empresas) em luta contra os despedimentos. Que essas formas de solidariedade sejam definidas em plenário. F - Que seja dado conhecimento desta proposta aos camaradas do Porto, aos sindicatos, ao Ministério do Trabalho e às comissões de trabalhadores de outras empresas.

Considerando: a - Que as afirmações dirigidas à C.D.D.T. pela Administração da não garantia do 13º mês, se enquadra no contexto mais geral do país, como manobra patronal organizada que visa aterrorizar os trabalhadores. b - Que a questão levantada em relação ao 13º mês pode ser levantada pela administração em qualquer momento. Decidiu-se: A - Que em caso de não pagamento de quaisquer verbas devidas aos trabalhadores nas datas próprias, se paralize imediatamente e se realize o mais rapidamente possível um plenário para aí se decidirem as medidas a tomar. Estas propostas foram aprovadas por unanimidade no plenário de 14-12-74.

CAMARADA: O «COMBATE» VIVE DOS LEITORES E COLABORADORES. APOIA O «COMBATE» COLABORANDO NA CAMPANHA DE ASSINATURAS.

MESA-REDONDA AMARANTE

(Continuação da pág. 1) Um operário (Alves & C.) — É um prémio que o patrão dá mas só a uma série de indivíduos. Esse prémio, quanto a mim, a meu ver, acho que é para... Um operário — Para obrigar o operário a cumprir, para não faltar ao trabalho. Um operário — Não, isso era prémio de assiduidade, mas não é isso; quer dizer, ele dá esse prémio que eu estou a dizer de um conto e tal por fora a uns certos indivíduos, aqueles meninos bonitos da secção, quer dizer, aquilo não é para todos os operários. Um operário — A indivíduos da confiança dele?!... Um operário (Alves & C.) — Pois, a indivíduos da confiança dele. Um operário — E não existe também lá uma comissão? Um operário (Alves & C.) — Não, não existe lá nada disso. COMB — Eu acho que sim porque o prémio que ele dá... é só a quem ele quer, ou a todos os operários? Um operário (Alves & C.) — É só a quem ele quer. COMB — Não há nada por trás daquilo? Outro operário (Alves & C.) — Ele dá só aos homens da confiança dele... Um operário (Alves & C.) — Pois, só a quem ele quer. Por exemplo, na minha secção acontece que somos 10 operários e ele só dá esse prémio a quatro ou cinco. Outro operário (Alves & C.) — E escondido de todos os outros... Outro operário (Alves & C.) — Escondido de todos os outros operários. Quando nos juntamos e dizemos para irmos ter com o patrão por causa disso ou daquilo, esses que recebem o prémio dizem para irmos lá nós, mais isto e aquilo. Não estão nada interessados. Um operário (Alves & C.) — E o prémio de quanto é? Um operário (Alves & C.) — Dependendo, há de mil escudos, de quinhentos... é assim. Um operário — Por mês? Um operário (Alves & C.) — Sim, por mês. COMB — Qual é a posição do sindicato dado que vocês não conseguem eleger os delegados? Que apoio é que vos deu ou como é que vocês pressionam junto do sindicato? Um operário (Alves & C.) — O sindicato não deu apoio nenhum. Foram lá três indivíduos do sindicato, andaram lá a falar com o patrão para trás e para a frente nas secções, não falaram com os operários nem lhes fizeram qualquer pergunta nem nada e até que os operários de lá não acreditam nada do sindicato, é isso que os leva a não acreditar nada nos sindicatos. Um operário — Se os operários não acreditam no sindicato porque é que vão eleger delegados sindicais? Um operário (Alves & C.) — Bem, só há uma série de indivíduos, quatro ou cinco operários novos como eu que queremos eleger delegados sindicais, mas a maior parte dos operários não acredita nada nos sindicatos. COMB — Então qual a necessidade dos delegados sindicais? Para defender os vossos interesses? Um operário (Alves & C.) — Pois, para defender os nossos interesses; por exemplo, se nós tivéssemos delegados sindicais, se eu fosse um deles era capaz de tratar das categorias, sindicalizar o pessoal, coisa que a gente não sabe a categoria que tem nem nada... COMB — Mas vocês têm problemas de sindicalização? Um operário (Alves & C.) — Pois, para defender os nossos interesses; por exemplo, se nós tivéssemos delegados sindicais, se eu fosse um deles era capaz de tratar das categorias, sindicalizar o pessoal, coisa que a gente não sabe a categoria que tem nem nada... COMB — Mas vocês têm problemas de sindicalização? Um operário (Alves & C.) — Pois, para defender os nossos interesses; por exemplo, se nós tivéssemos delegados sindicais, se eu fosse um deles era capaz de tratar das categorias, sindicalizar o pessoal, coisa que a gente não sabe a categoria que tem nem nada... COMB — Mas vocês têm problemas de sindicalização? Um operário (Alves & C.) — Pois, para defender os nossos interesses; por exemplo, se nós tivéssemos delegados sindicais, se eu fosse um deles era capaz de tratar das categorias, sindicalizar o pessoal, coisa que a gente não sabe a categoria que tem nem nada...



de segurança, embora dissesse que era delegado do sindicato. Havia a necessidade de um delegado lá dentro, foi quando eu te disse que precisávamos de um delegado. Falei com outros operários e fomos falar com os indivíduos que estavam mais à altura de desempenhar o cargo de delegados sindicais. Ninguém queria, falei com um dos tornos, com as duas máquinas de frezar, mas diziam que não tinham capacidade, que não queriam. Um operário (Alberto Marinho) — Dá-me a impressão que tínhamos de arrancar o trabalho com a eleição dos delegados. COMB — Portanto, esses nomes não surgiram de uma reunião entre vocês, foram nomes que lhes foram propostos por alguns camaradas mas não foi a maioria que os propôs. Um outro operário (Alberto Marinho) — Pois, mas depois foram aceites com as assinaturas. COMB — Como é que isso das listas se processou? Um operário (Alberto Marinho) — Apareceram os nomes na cabeça da lista, aqueles que concordaram que eles desempenhassem o papel de delegados assinaram e a maioria assinou. Um operário (Alberto Marinho) — Foi esse o processo. COMB — O critério para a eleição foi o de um delegado por cada secção? Um operário (Alberto Marinho) — Há duas partes na oficina, a parte de cima e a parte de baixo. Ficou um delegado na parte de baixo que é a serraria e outros dois a carpintaria e a fundição. Mas de qualquer maneira não estão em contacto com todos os operários. COMB — Não há delegados eleitos por secção, mas sim porque dividiram a fábrica em duas partes. Um outro operário (Alberto Marinho) — Pois, em duas partes. COMB — Porque é que vocês vão para o processo de eleição por listas e não fazem uma assembleia para eleger os vossos representantes? Um operário (Alberto Marinho) — Ia-se tentar fazer isso; mas tu é que estavas mais ou menos à frente disso e... Um operário — Fazer uma assembleia era difícil, não se tinha feito uma reunião; aqui em Amarante não há experiências desse género portanto seria a primeira; eu sei e muitas pessoas sabem que o nível político dos trabalhadores de Amarante e da província é muito diferente do dos centros urbanos, portanto era difícil fazer uma reunião desse género; primeiro, porque o patrão não autorizava e segundo, porque as pessoas não estavam preparadas. Fez-se uma reunião do sindicato e eu reparei que a maior parte dos operários eram da Serraria; a razão é muito simples: é que o delegado da Serrinha tem muito mais facilidade de contactar com os operários do que nós aqui e além disso, é lá delegado há quatro ou cinco anos, já fez várias coisas pelos operários, eles têm confiança nele e se ele fizer uma reunião as pessoas vão. Aqui nunca houve uma reunião dessas bem feita. Portanto a reunião parecia depois da eleição dos delegados sindicais, porque os operários têm confiança no sindicato; tinham e continuam a ter, não é, esperam que seja o sindicato a resolver o problema deles. Portanto só depois da eleição é que seria fácil fazer uma assembleia com os trabalhadores, uma assembleia e assim nensur na elaboração do caderno reivindicativo. Nós até já estávamos a trabalhar nisso para aereosar aos outros operários. Havia de ser ao contrário — primeiro fazer a assembleia, eleger os delegados e fazer o caderno reivindicativo e não o que fez; mas fez-se atendendo às circunstâncias em que se estava a trabalhar, em que era difícil e continuava a se fazer reuniões de fábrica com os operários, pelo menos na província. COMB — Tu estás a dizer que devia ser ao contrário, primeiro a assembleia, mas pelos vistos como vocês não podiam fazer uma assembleia na fábrica, aquilo que vocês fizeram foi correcto... teórico. Um operário — Não, isso não foi bem assim, foi o seguinte: Não havia lá delegado nenhum, havia apenas um delegado

MESA-REDONDA

AMARANTE

(Continuação da página 5)

camente era muito mais bonito fazer primeiro a reunião e na assembleia...

Um operário — Não, não era mais bonito, eu não considero bonito. Eu sei que é muito mais preciso fazer a assembleia de fábrica e lá discutir-se se os indivíduos servem ou não.

COMB — Pois, o que me parece é que vocês fizeram consoante as possibilidades que tinham...

Um operário — Atendendo às circunstâncias em que a gente estava.

COMB — Atendendo às circunstâncias o processo de eleição foi o possível e não o ideal...

Um operário — Se fosse uma assembleia de fábrica, com certeza que havia lá indivíduos que não tinham sido eleitos; o processo foi errado.

COMB — Vocês adoptaram o processo de luta que vos era possível.

Um operário — Era o único possível.

COMB — Parece que se vocês tentassem fazer uma assembleia estavam a pôr o carro à frente dos bois e nem sequer conseguiam eleger os delegados sindicais... vocês utilizaram aquilo que vos dava mais garantias de conseguir os vossos objectivos. Essa possibilidade nasceu mesmo de vocês, ou foi o sindicato que vos disse que devia ser assim?

Um operário (Alberto Marinho) — Não, não.

Outro operário (Alberto Marinho) — Os operários é que resolveram isso.

Um operário — A primeira proposta que mandei para o sindicato nem era para a eleição dos delegados sindicais, mas sim para a formação de uma comissão sindical que seria composta por dez ou quinze indivíduos. Criticaram-me disso dizendo que eu queria fomentar, criar a organização lá dentro.

COMB — Vocês pensavam então numa comissão sindical?

Um operário — Pois, eu pensei numa comissão sindical e apresentei a proposta ao sindicato. Eles disseram que eu é que lá ser o organizador e eu respondi-lhes que não, que isto era uma forma de trabalho e neste momento achava que era a mais viável, pois não havia ninguém que quisesse ir para delegado sindical. Depois os do sindicato disseram que talvez fosse possível eleger delegados e vieram cá e fizeram uma reunião. Depois é que foram nomeados os delegados.

COMB — Há bocado vocês falavam num caderno reivindicativo, o que é que foi isso?

Outro operário (A. Marinho) — Isso não chegou a ser realizado, depois o sindicato conseguiu o contrato colectivo e mais nada...

COMB — Mas esse caderno reivindicativo de que constava e quando é que apareceu?

Um outro operário (A. Marinho) — Não chegou a aparecer.

Um operário — Falou-se na criação do caderno reivindicativo, que era...

Um operário (A. Marinho) — O delegado sindical convocou lá os da comissão de apoio e tiveram umas duas reuniões.

COMB — O que vinha a ser a comissão de apoio?

Outro operário (A. Marinho) — Os delegados sindicais é que formaram uma comissão de apoio de 10 indivíduos.

Um operário (A. Marinho) — Em volta dos delegados, era para darem apoio aos delegados.

COMB — Quem é que elegeu esses indivíduos?

Outro operário (A. Marinho) — Foram os delegados do sindicato, os nossos delegados ali.

COMB — E qual foi a actuação dessa comissão de apoio?

Outro operário (A. Marinho) — Não fez nada. Inclusive quando foi do despedimento daquele operário acho que foram lá chamados os delegados e os da comissão de apoio, começaram a encolher os ombros, como sempre têm feito, e não se resolveu nada.

COMB — Quando se deu o despedimento, gerou-se dentro da oficina um certo movimento, o que é que se passou?

Outro operário (A. Marinho) — Havia uns tantos indivíduos que queríamos que ele voltasse e dissemos ao delegado para tentar, mas ele, vai se ver e tal...

Um operário (Alberto Marinho) — Na secção dos tornos a malta queria actuar, mas não... o delegado não prestou apoio, não prestou atenção ao que dizíamos e assim se passou, não se voltou a falar nisso.

Um operário — Como era o caderno reivindicativo?

Um operário (Alberto Marinho) — Não chegou a ser feito; houve duas reuniões que falaram nisso, mas não cheguei a saber mais nada dessas reuniões.

COMB — Então o caderno reivindicativo não chegou a...

Outro operário (Alberto Marinho) — Ele praticamente não chegou a existir.

Um operário — Eu quando lá estive falei num problema grande que eram os fornos lá dentro, eu falei com vocês... e outro era a instalação de ventoinhas, pois não se pode lá trabalhar no Verão, não é, aquilo era um calor infernal. Nos tornos não há comissões de trabalho. Portanto isto seria uma das cláusulas do caderno reivindicativo. Seria instalação de ventoinhas ou levantar a oficina, mas o ideal seria acabar com a oficina ali e montá-la noutro lado... mas provisoriamente teriam de instalar ventoinhas, tirar os fornos de lá de dentro, e pôr os tornos de uma maneira diferente, porque é fácil estar a trabalhar e atirar com as limalhas para as costas do da frente, ora não pode ser. Algumas das reivindicações que eu punha eram essas — instalação de ventoinhas, tirar os fornos e espalha-gases lá na oficina, que éramos obrigados agrammar...

Um operário (Alberto Marinho) — Também havia o problema da limpeza. Ele queria que limpassem... mesmo aos indivíduos que trabalham com as máquinas, que limpassem os tornos depois da hora e até que houve lá uma altura em que os indivíduos dos tornos... eles não deixavam limpar as máquinas antes de tocar, senão que cortavam uma hora ou duas ou não sei quê.

Outro operário (A. Marinho) — Isso foi antes do 25 de Abril...

Um operário (A. Marinho) — Não, foi logo a seguir.

Outro operário (A. Marinho) — E antes...

Um operário — E quando eu lá estava...

Um operário (A. Marinho) — E mesmo depois.

Um operário — Vocês lembram-se que eu ajudava o rapaz a limpar o torno, o ajudante, e outro crítico, não é, que eu não tinha nada que limpar o torno e eu disse que depois da hora o não lá obrigar a trabalhar, porque depois da hora o patrão tem que pagar horas extras.

Outro operário (A. Marinho) — E já há dias me disse a mim que... apanhou-me a limpar o torno antes da hora e disse que so torno era limpo depois da hora, como diz o contrato, ou tu não sabes ler? e eu disse-lhe, «não você é que se calhar não sabe ler, porque lá diz que depois de tocar devem ser pagas horas extraordinárias». Ele então disse «mas quem manda é o patrão».

Um operário (A. Marinho) — Nós ali estamos em piores condições que muito antes do 25 de Abril porque somos obrigados a trabalhar mais e somos vigiados.

Há lá três encarregados gerais agora, que andam por lá a passear; a gente não pode virar a cara para o lado, que está logo a ser apontado e que é posto na rua, que à primeira vez vem oito dias e depois vai para a rua. Esses indivíduos chegam mesmo ao ponto de provocar os operários, provocam os mesmo, levam-nos a tomar atitudes, sei lá...

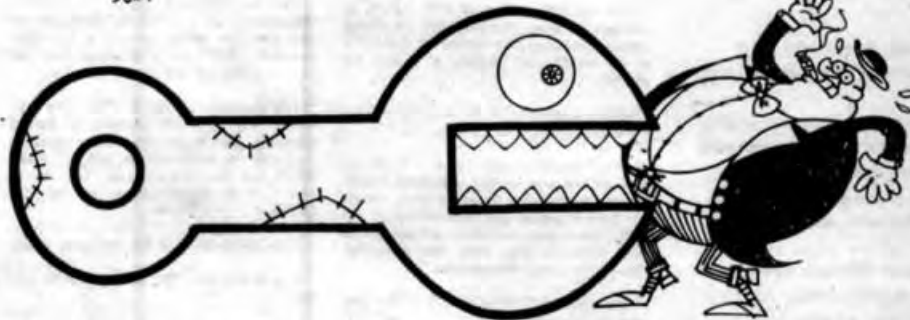
Um outro operário (A. Marinho) — Com o pretexto de os mandar embora logo a seguir.

COMB — Quer dizer que há provocação lá dentro?

Um outro operário (A. Marinho) — Sim, provocações... tem lá havido algumas mesmo... se fosse com outros indivíduos já tinham reagido mesmo.

Outro operário (A. Marinho) — Os delegados sindicais... têm-se feito lá algumas reuniões assim depois da hora... e continuam a acreditar nos sindicatos, os sindicatos é que vão resolver os nossos problemas, quando não devia ser assim — nós é que devíamos tomar assento na luta e não o sindicato. Agora, inclusivamente, até acabam por criticar o sindicato e Ministério do Trabalho e o Governo e mais não sei quanto... que isto não está a ser feito como devia ser.

SUHA



Do desenhador turco Suha

COMB — Sobre a eleição dos delegados nos metalúrgicos da Tabopan, podem dizer mais ou menos o que é que se passou?

Um operário (Tabopan) — Houve uma reunião dentro da fábrica em que foram eleitos pelos próprios operários os delegados sindicais.

COMB — Portanto conseguiram fazer uma assembleia dentro da fábrica...

Um operário (Tabopan) — Conseguimos... com ordem de um patrão, ele autorizou, mas não esteve presente; tivemos ordem para fazer a reunião e elegemos os delegados.

COMB — Estavam lá a maioria dos operários?

Um operário (Tabopan) — Sim, estava a maioria... faltava um ou dois.

COMB — Quantos metalúrgicos há lá?

Um operário (Tabopan) — Na ocasião estávamos cerca de oitenta.

COMB — Como apareceram os nomes? foram vocês...

Um operário (Tabopan) — Fomos nós que mais ou menos pelas ideias... é que achamos que ele era competente para ser delegado sindical.

COMB — Vocês têm necessidade de eleger um delegado sindical porque houvesse alguma greve na fábrica ou foi só porque acham que devem eleger delegados sindicais, que o sindicato deve ser uma organização vossa... Porque é que vocês quiseram eleger os delegados sindicais?

Um operário (Tabopan) — Nós elegemos por causa que... para saber mais ou menos como é que devíamos reagir a certas coisas, para saber o caderno reivindicativo do contrato dos metalúrgicos, para que os delegados soubessem e nos informassem do que é que se passava sobre as leis do sindicato.

COMB — Isso quer dizer que pelos vistos o sindicato não vos dava informação nenhuma...

Um operário (Tabopan) — Não, não, não nos dava; ora os delegados iam às reuniões ao sindicato e depois davam-nos informações, indicavam-nos como devíamos fazer.

COMB — Sobre a vossa fábrica não queres dizer mais nada?

Um operário (Tabopan) — Houve uma paragem; parámos por causa que um dos delegados sindicais foi despedido. Ele não podia fazer serão e o patrão queria obrigá-lo a fazer serão, mas ele disse que não podia porque tinha um compromisso a fazer. E não fez serão; no dia seguinte foi chamado ao patrão e o patrão disse-lhe que estava despedido. Ele foi ao sindicato e o sindicato veio à fábrica ter com o patrão e depois foi admitido.

Um operário (Tabopan) — Sim, nós... antes de vir o sindicato e sem nunca pensar que viesse o sindicato. Quando soubemos que ele foi despedido parámos imediatamente.

COMB — Foi por solidariedade com o vosso colega.

Um operário (Tabopan) — Pois, pois.

COMB — Qual deve ser a função dos delegados sindicais ou das comissões de delegados?

Um operário — Acho que a comissão de delegados sindicais deve ser um porta-voz dos operários junto do sindicato, não é. Quer sejam delegados ou comissões; se forem comissões as responsabilidades são maiores, são mais e têm muito mais interesse as comissões que os delegados. A comissão pode ser de cinco ou dez indivíduos. É muito mais fácil ao patrão manobrar um delegado de que manobrar uma comissão inteira. Se isso acontecesse no Alberto Marinho, se houvesse lá uma comissão em que estivessem lá vocês, outros da fundição e outros das outras secções, era muito mais fácil entrar em contacto com todos os operários, discutir. A comissão de apoio que existe foi formada pelos delegados,

Um operário — Houve paralisação de trabalho?

Um operário (Tabopan) — Ai houve... houve paralisação de trabalho.

Um operário — Antes de ele ir ao sindicato?

Um operário (Tabopan) — Não, ele tinha ido ao sindicato, mas quando nós soubemos que ele foi despedido... ao fim do dia quando ele disse que não queria fazer serão, o encarregado foi dizer ao patrão e depois o patrão ao fim do dia teve uma reunião com ele e disse-lhe que por ele não fazer serão era despedido. Nós, no outro dia, quando soubemos que ele foi expulso lá da secção estivemos parados, e entretanto chegaram os do sindicato, foram ao patrão, chegaram a resolver o problema e o nosso colega foi readmitido ao trabalho.

COMB — Quem é que decidiu essa paralisação?

Um operário (Tabopan) — Nós dissemos que enquanto não viesse o nosso colega não continuávamos a trabalhar. Estivemos parados cerca de duas horas.

Um operário — A iniciativa partiu dos operários e não do sindicato...

**CONCLUI
NO PRÓXIMO NÚMERO**

HÁ QUATRO ANOS NA POLÓNIA

(Continuação da página 8)

lários. Mas foram mais as decepções que tivemos. Gierek fez retirar tudo o que tinha sido dito sobre os «bandidos e outros delinquentes» que teriam provocado os acontecimentos de Dezembro. E, no entanto, sabemos que 200 dos nossos camaradas desapareceram. Foram presos pela Polícia e encontram-se agora atrás das grades. Não em Gdansk, pois tiveram o cuidado de os mandarem para outras prisões.»

16. Em Szczecin, uma greve no estaleiro naval Adolf Warski prevista para 11 de Janeiro, é evitada à última hora pela intervenção de um membro do bureau politico, forçando o secretário regional do Partido a demitir-se. As assembleias operárias sucedem-se em Gdansk, Gdynia, Elblag.

A 18 de Janeiro, mil trabalhadores do estaleiro Lenin, em Gdansk, dirigiram-se ao edifício da administração e iniciaram com a direcção a discussão das suas reivindicações. O caderno reivindicativo pode resumir-se como segue:

- 1) Publicação completa da lista das pessoas mortas durante a revolta;
- 2) Autorização para as famílias organizarem as exéquias;
- 3) Publicação de informações sobre os locais onde foram enterradas as vítimas da revolta de Dezembro;
- 4) Demissão do presidente Gyraniewicz e do ministro dos negócios estrangeiros Jedrychowski;
- 5) Exclusão do antigo presidente dos Sindicatos, Loga-Sowinsky, do bureau politico;
- 6) Destituição de Stanislaw Kociolk que, durante os acontecimentos de Dezembro, tratava os manifestantes de «desordeiros» e de «delinquentes»;
- 7) Destituição do general Moczar, considerado pelos operários como responsável pela repressão sangrenta;
- 8) Designação e punição de todos os outros homens que são responsáveis desta repressão;
- 9) Visita de Gierek e do Presidente do Conselho Jaroszewicz a Gdansk;
- 10) Aumento geral dos salários e melhoria das condições de trabalho;
- 11) Atribuição de fundos mais importantes para o fabrico de bens de consumo;
- 12) Eleição dos delegados dos Sindicatos e eliminação dos dirigentes sindicais desacreditados;
- 13) Transformação dos Sindicatos em emanações dos delegados livremente eleitos;
- 14) Supressão das normas de rendimento demasiado elevadas;
- 15) Libertação dos operários presos antes do Natal, e reintegração dos operários despedidos;
- 16) Liberdade de imprensa.

Estas são apenas as reivindicações mais importantes. Uma delegação operária recebida em 19 de Janeiro por Gierek e Jaroszewicz, apresentou-lhes uma lista de duas mil reivindicações.

17. A 19 e 20 de Janeiro, enquanto a greve prossegue de maneira intermitente nos estaleiros navais, o pessoal dos transportes comunais de Gdansk desencadeia greves rotativas para obter aumentos de salários. A 21 de Janeiro, a greve estende-se ao porto. Esforçando-se por acalmar a cólera dos trabalhadores, uma série de dirigentes do Partido são demitidos em Gdansk e Elblag.

A 22 de Janeiro são os estaleiros navais Adolf Warski de Szczecin que param o trabalho.

Esta greve prossegue nos dias seguintes e, pouco a pouco, o movimento estende-se e esboça-se uma greve geral.

Gierek e Jaroszewicz decidem-se por fim a ir discutir com os trabalhadores.

18. Em Szczecin, onde os dois dirigentes chegam a 24 de Janeiro, a discussão dura nove horas. No dia seguinte encontram em Gdansk os novos representantes dos operários dos estaleiros navais, que tinham acabado de ser eleitos. No decurso destes debates, Gierek é levado a aceitar um certo número de reivindicações apresentadas pelos grevistas. A 25 de Janeiro, as autoridades anunciam o abandono do novo sistema de salários que deveria ter sido introduzido a partir do primeiro de Janeiro e cuja aplicação antecipada nos estaleiros navais tinha desencadeado a cólera dos operários da costa do Báltico.

A 25 de Janeiro, tendo recomeçado o trabalho no estaleiro Adolf Warski, o comité de greve eleito na semana precedente transformara-se em comité operário que se apresenta como o único organismo representativo dos assalariados. Será este comité que preparará a eleição dos novos comités de todas as

organizações sociais existentes na empresa. Entre os seus trinta e oito membros, há sete aderentes do Partido e três engenheiros.

Durante vários dias, os delegados que tinham participado nas discussões com os dirigentes do Partido informam os outros operários através de grande número de assembleias. No fim de Janeiro e princípio de Fevereiro procede-se às eleições nas empresas para a substituição imediata dos organismos sindicais, comités de juventude e mesmo das células do Partido.

19. Apesar de importantes, as concessões a que foram levados os novos dirigentes não desarmam os trabalhadores.

A subida dos preços, que tinha provocado a revolta de Dezembro, foi mantida. A excepção das remunerações mais baixas, que entretanto tinham sido elevadas, o salário real continuava ao nível a que tinha caído depois da alta dos preços.

Em Lodz dá-se uma nova prova de força entre os trabalhadores e o regime.

A 11 e 12 de Fevereiro, sete fábricas de têxteis param o trabalho. Os grevistas cujo número se eleva a dez mil (10 000), ocupam as fábricas. As suas reivindicações consistem num aumento de salários de 20 %, e outras questões dizendo respeito às condições de trabalho. Aqui, ao contrário dos estaleiros navais do Báltico, onde trabalham as categorias de operários mais bem pagos, trata-se de trabalhadores da indústria têxtil, onde os salários são extremamente baixos e más as condições de trabalho.

20. A 13 de Fevereiro, na Dieta (parlamento), o Presidente do Conselho rejeita as reivindicações operárias e declara: «Este ano só há possibilidade de assegurar melhoria das condições de vida dos trabalhadores dentro dos limites dos meios à nossa disposição e produzidos por nós próprios, sabendo mobilizar nesse sentido as nossas reservas económicas. As possíveis tentativas para ultrapassar estes limites através de pressões não produzem nada de bom e só fariam influenciar no sentido negativo as funções presentes da nossa economia».

Entretanto, realiza-se em Szczecin uma importante conferência operária. Nela participam sobretudo os operários do estaleiro Adolf Warski. A questão é que depois da revolta de Dezembro eles não tinham obtido nenhum melhoramento nas suas condições de trabalho nem feito progressos na resolução dos seus problemas sociais.

A greve de Lodz continua.

21. Finalmente, a 15 de Fevereiro, o Governo, perante a pressão dos trabalhadores, decide anular os aumentos de preços decretados a 12 de Dezembro, mantendo ao mesmo tempo os melhoramentos acordados depois, para compensar os efeitos da alta de preços, aos assalariados mais mal pagos, às famílias numerosas, reformados, etc.

Isto significa que o salário real, que se queria reduzir pela alta de 12 de Dezembro, e pela introdução de um novo sistema de remunerações (abandonado a 26 de Janeiro) acabou por ser aumentado. Ao nível, pelo menos, da melhoria temporária das suas condições de vida, a luta dos trabalhadores saldou-se por uma vitória sobre a burocracia.

Algumas considerações

Mas para além do modo como se saldou a revolta dos operários polacos, pela sua reintegração momentânea no funcionamento normal do sistema, as características que ela assumiu e os objectivos que não decorrer da luta se definiram tornam-se extremamente importantes no desenvolvimento do movimento revolucionário mundial.

O Capital, no seu movimento incessante, recuperou até agora as lutas proletárias e conseguiu superar as crises que o atravessaram. E, se as manifestações práticas da tendência para o Comunismo não datam dos nossos dias, a verdade é que o recrudescer das lutas proletárias de há alguns anos para cá e as características que as circunstâncias em que surgiram lhes impuseram reafirmar, a cada passo, que o Comunismo, longe de ser uma realidade distante, a conseguir pela mediação dita necessária de «avangardas conscientes» ou de «governos operários» é sim um movimento real criado pela própria sociedade capitalista. (1).

E são as manifestações práticas da tendência para o Comunismo que as comemorações que os ideólogos do Capital promovem procuram fazer esquecer.

A nós não nos interessam as comemorações, como manifestação da ten-

dência do Capital para recuperar e pôr ao serviço da sua valorização todas as lutas sociais, despidendo-as do conteúdo revolucionário que possam ter e tentando utilizar a maneira como se manifestaram aparentemente para recuperar as novas lutas que surjam. A nós, o que nos interessa é contribuir para aprofundar e rasgar cada vez mais as chagas do sistema, não as deixando secar e fazendo com que a infecção se propague a todo o corpo social. É por essa razão que, numa altura em que a concentração dos capitais na mão do Estado (a concretização das medidas antimonopolistas) surge em Portugal como medida socializante se torna importante divulgar a crítica prática que a classe operária polaca fez ao «Capitalismo de Estado» ou «Socialismo de Estado», como lhe queiram chamar, manifestando, na evolução da sua luta contra o sistema, a tendência para o Comunismo.

O movimento de protestos e reivindicações isoladas por melhores condições de vida e de trabalho concentrou-se e aprofundou-se, a 14 de Dezembro, como resposta à prisão de delegados operários que se apresentaram na sede do Partido e ao anúncio da subida dos preços.

A tendência para a conversão do movimento, de simples protesto contra o agravamento dos preços num movimento de negação do capitalismo está bem patente no assalto e no incêndio da sede local do Partido, emanação local do aparelho de Estado, assim como no assalto às livrarias e sedes de jornais, controlados pelo Estado. A destruição do Estado é um dos aspectos fundamentais da luta pela comunidade humana. O carácter organizado, como que obedecendo a um plano prévio minuciosamente estudado, que o movimento espontaneamente adquiriu; os assaltos a armazéns pelo reapossamento das mercadorias, produzidas para valorização do Capital; a cooperação livre de toda a população das zonas trabalhadoras da cidade na organização e defesa do movimento; a adopção de formas organizativas que traduziam a participação da generalidade dos trabalhadores na condução da luta e na gestão da vida social (comités de greve e sua conversão em comités operários, assembleias gerais, etc.); os assaltos aos postos de polícia e a ocupação da estação de caminho de ferro para evitar o desembarque de tropas, assim como a ocupação dos navios já construídos por encomenda russa e que representavam um importante investimento de capital — todos estes factos demonstram bem que na Polónia, como em todo o mundo, a classe operária está perante o capitalismo. Aí existe um aparelho de Estado que se identifica com o aparelho de direcção da economia e que orienta toda a vida social de acordo com as necessidades do processo de valorização do Capital. Na Polónia, como nos restantes «países socialistas», os trabalhadores estão separados dos meios de produção, controlados e dirigidos pelo Estado e pelo Partido, e vendem a sua força de trabalho a troco de um salário. Na Polónia, como nos restantes países capitalistas, a produção é orientada e está organizada não para satisfazer as necessidades humanas mas para a produção de mercadorias para venda (troca por outras mercadorias) no interior ou no exterior do país. Na Polónia existe uma polícia, parte integrante do aparelho de Estado, destinada a reprimir as lutas dos trabalhadores, como o comprovam as centenas de mortos em Dezembro de 1970.

Todas estas realidades, a revolta dos operários polacos põe-las claramente a nu. E, se a crise do capitalismo na Polónia foi momentaneamente superada por meio dos bons auspícios da burocracia capitalista russa, o simples facto de ela se ter manifestado nesta altura, a ausência de outra via para superar a crise que não o agravamento das condições de vida dos trabalhadores (como se depreende da entrevista que Gierek se viu obrigado a conceder perante os operários de Szczecin) e a preocupação dos dirigentes russos e da Alemanha Oriental em evitarem o propagar da agitação, mostram bem que não se trata de um problema isolado. E a integração da crise polaca na crise geral do capitalismo mundial é bem posta a claro pela ausência dos usuais apelos das potências ocidentais à «luta pelo mundo livre», etc. A integração do mundo capitalista, a Leste e a Oeste, é um facto incontestável que a luta proletária apresenta nas suas manifestações práticas como uma realidade única, a destruir.

(1) Engels, um comunista, dizia assim: «o Comunismo não é uma doutrina, mas um movimento». O Comunismo não parte do princípio, mas do facto. Os comunistas não têm por pressuposto uma qualquer filosofia, mas toda a história passada e, sobretudo, os seus resultados efectivos actuais nos países civilizados. O Comunismo é o produto da grande indústria e das suas consequências, da edificação do mercado mundial e da concorrência desenfreada que lhe corresponde, das crises comerciais cada vez mais profundas e gerais, que se transformam já em verdadeiras crises do mercado mundial, da criação do proletariado e da concentração do Capital e da luta entre o proletariado e a burguesia que decorre destas factos. O Comunismo, como teoria, é a expressão teórica da posição do proletariado nesta luta e a síntese teórica das condições de libertação do proletariado, 1847. (sublinhado nosso).

ESTE POSTER

FORMATO 42,5 x 30 cm.

ESTÁ À VENDA NO NOSSO JORNAL

10\$00

(PELO CORREIO ACRESCENTE-SE O PORTE)



CAPITALISMO PRIVADO OU CAPITALISMO DE ESTADO NÃO É ESCOLHA

AZAMBUJA

(Continuação da pág. 2)

TRAB. — Nota-se um bocadinho. Pois, com certeza, pois só o ordenado é um bocadinho diferente nalguns bastantes bom, tem mesmo que se notar a diferença da maneira de viver de uns para os outros.

COMB. — Porque é que a nível legal se estabelecem diferenças entre os ordenados dos assalariados agrícolas e da dos assalariados industriais?

TRAB. — A indústria estava muito mais desenvolvida no nosso país, como sabemos, que a agricultura.

Ao passo que na agricultura só agora se está a formar sindicatos para os defender, portanto só agora se estão a organizar, a indústria automóvel — portanto os metalúrgicos e qualquer outra espécie de indústria já estava organizada, portanto já tinham maiores facilidades de defesa.

COMB. — Nunca aqui houve uma luta que fosse comum aos trabalhadores agrícolas e industriais? A luta em que as reivindicações apresentadas fossem comuns independentemente de trabalharem na agricultura ou na indústria automóvel?

TRAB. — Quando foram montadas as fábricas de automóvel, os trabalhadores quase não podiam parar. Só agora depois do 25 de Abril é que começaram a fazer reivindicações. Mas, antes do 25 de Abril já houve uma série de lutas na indústria automóvel, como paralização do trabalho durante uns dias em que eles foram obrigados a voltar ao trabalho pela G. N. R. Mas então no campo já se passa um bocadinho diferente — só agora se estão a organizar.

COMB. — Existindo aqui indústria automóvel há menos tempo, porque é que eles se organizaram mais depressa do que no campo.

TRAB. — Eu estou convencido que isso vem dum melhor conjunto. Na indústria automóvel as pessoas estão a viver todos os dias, ao passo que os da agricultura andavam hoje lá não andavam lá todos.

Nunca conseguiram trabalhar juntos. Dispersavam-nos, talvez já para evitar essas lutas.

COMB. — Que resultado de novo para os trabalhadores com o 25 de Abril?

TRAB. — Para mim pouca diferença notei ainda. Além de me poder expressar a única coisa que melhorou foi em melhor salário, mais nada.

COMB. — E esse melhor salário foi negado pelo sindicato da construção civil aqui à uns meses não foi?

TRAB. — Foi, foi isso.

COMB. — Portanto vamos lá ver se isto corresponde mais ou menos ao que se passa noutros sítios. O 25 de Abril o que trouxe para as pessoas foi a possibilidade de eles expressarem mais claramente aquilo que pretendiam ao nível de salários ao nível de reivindicações mas para já ainda não trouxe relações profundas ao nível das relações de trabalho das pessoas ao nível da maneira de viver das pessoas?

TRAB. — Não a este, respeito não trouxe alterações nenhuma. Já havia antes do 25 de Abril, no campo as 8 horas. Depois do 25 de Abril nada mais além dos salários e das reivindicações que eles aí fizeram nada mais trouxe ao pessoal da agricultura, nada mais trouxe a essa gente.

COMB. — Tem mais alguma coisa que acha importante focar relativamente a problemas daqui da Azambuja ou mesmo doutra zona perto?

TRAB. — Problemas, Azambuja tem muitos...

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º _____
1 ano (52 números) — 120\$00; 6 meses (26 números) — 60\$00;
apoio (anual) — 200\$00

Para o estrangeiro há que acrescentar os portes do correio

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio \$ _____

COMBATE

AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C.-D.
LISBOA - 4

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

HÁ QUATRO ANOS NA POLÓNIA

A CLASSE OPERÁRIA ATACA O CAPITALISMO DE ESTADO

Em Dezembro de 1970 a classe operária desencadeou na Polónia uma vigorosa ofensiva que constituiu um marco extremamente importante na luta de classes da nossa época e que pôs em evidência a mistificação que constituem os chamados «países socialistas» e o carácter capitalista das relações sociais que aí predominam.

OS SETENTA E QUATRO DIAS DO PROLETARIADO POLACO — A CLASSE OPERÁRIA ATACA O CAPITALISMO DE ESTADO

Da crise económica à crise social

1. A agitação social na Polónia adquiriu proporções mais graves em fins de Novembro com a decisão do governo de introduzir, a título experimental, um novo sistema de salários. Este novo sistema, que traz grandes desvantagens para os operários, só seria aplicado ao resto do país a partir de Janeiro de 1971.

2. Entretanto, prepara-se em segredo um brutal aumento de preços. Mesmo os dirigentes do partido à escala regional não sabiam de nada.

3. Este aumento de preços é decidido no conselho de ministros de 12 de Dezembro. Aumentos brutais são aplicados a quase todos os artigos de primeira necessidade, tanto géneros alimentares como produtos industriais. A falta de compensação, as famílias com rendimentos mais baixos receberão em 1971 um suplemento de abono de família.

4. A resolução provoca a indignação das células do partido. A situação agrava-se, na medida em que é por intermédio das células do regime enquadrada a população, sobretudo os operários, impedindo que reacções espontâneas se manifestem perigosamente. Por seu lado, as organizações regionais do partido começam a criticar as autoridades, que as colocam numa situação bastante delicada perante os trabalhadores.

A revolta operária

1. Depois de uma declaração de greve a 7 de Dezembro de 1970 no estaleiro Lenine e da prisão, a 13 de Dezembro, de uma delegação de operários que ia apresentar um caderno reivindicativo à sede local do partido, ao mesmo tempo que era decretado o aumento dos preços, dá-se a grande explosão.

As 7.30 horas da manhã de 14 de Dezembro, cerca de três mil operários do primeiro turno do estaleiro Lenine, em Gdansk, porto no mar Báltico, ao norte da Polónia, reúnem-se em frente do edifício da direcção. Chefes surgem espontaneamente. Os operários, ignorando os sindicatos (que desde o princípio tinham apoiado os aumentos), formaram os seus próprios comités de greve e um serviço de ordem no interior dos estaleiros.

2. A partir deste momento sucedem-se as manifestações na cidade. Os manifestantes utilizam uma viatura da polícia munida de um altifalante e fazem apelos repetidos para a paragem total do trabalho. Tentam lançar um apelo ao país pela rádio, mas sem o conseguirem.

A sede do partido é apedrejada, assim como a Casa da Imprensa, o Teatro e o Banco de Investimentos. Os operários gritam: «Queremos pão» e «A imprensa mente!»

A sede do partido acaba por ser parcialmente incendiada, lojas e armazéns são saqueados. Dão-se confrontos violentos entre os operários e unidades da milícia e do exército.

3. Reúne-se o comité central do partido polaco sob a presidência de Gomulka. Este não informa acerca dos acontecimentos e decide organizar a repressão.

4. No dia seguinte, 15 de Dezembro, a revolta estende-se decididamente aos restantes estaleiros da zona de Gdansk. Succedem-se as manifestações. A sede da milícia é atacada. Os operários tentam libertar todos os presos. A milícia utiliza matracas, petardos e gás lacrimogéneo. Censuraturas da polícia e vários câmiões dos serviços postais e do exército são incendiados. Após duros combates e novo assalto à sede do partido, esta é incendiada.

As 15 horas, importantes grupos de operários ocupam os seus locais de trabalho e proclamam a greve.

As 18 horas, a cidade é ocupada pelo exército.

5. A greve estende-se às cidades de Gdynia e Sopot. Organizam-se manifestações e são eleitos comités de greve.

6. Quarta-feira, 16 de Dezembro. Carros de combate tomam posição nas ruas e o exército ocupa os edifícios públicos.

As cinco horas da madrugada, Rádio Gdansk noticia os acontecimentos apresentando-os como uma série de actos criminosos cometidos por um bando de malfetores.

As seis horas e quarenta, no estaleiro Lenine, reúnem-se 5000 operários diante do edifício da direcção e exigem uma resposta às suas reivindicações.

7. Ao meio-dia, os grevistas do estaleiro Lenine formam um comité operário e um serviço de ordem. As catorze e quarenta é igualmente eleito um comité operário nas oficinas de reparação. É proclamada uma greve com ocupação dos locais de trabalho por 24 horas. Exige-se a punição dos responsáveis pelo estado catastrófico da economia nacional, o aumento dos salários, a baixa dos preços e a evacuação da cidade pelo exército.

As quinze e quinze, os delegados das diferentes secções do estaleiro norte redigem uma petição em cinco pontos e decidem-se continuar a greve até que todas as reivindicações sejam satisfeitas.

8. Em Gdynia, no estaleiro «Comuna de Paris», são distribuídos panfletos reivindicando a libertação das pessoas presas no decurso dos acontecimentos do dia anterior. Helicópteros lançam panfletos sobre os operários, apelando à calma. Estes são imediatamente queimados pelos trabalhadores. Os delegados dos operários exigem à direcção a libertação dos presos e a retirada do exército.

As dezasseis e trinta a greve é total no porto.

9. A revolta estende-se à cidade de Elblag. Aí, também é atacada a sede do partido e registam-se incêndios e assaltos.

A efervescência ganha todas as cidades do Báltico e ameaça estender-se a todo o país.

As dezasseis horas, Rádio Varsóvia, deturpando e minimizando os acontecimentos, responsabiliza pela situação «bandos de aventureiros que nada têm em comum com a classe operária».

10. Quinta-feira, 17 de Dezembro: Enquanto as greves continuam em Gdansk, o exército metralha os operários quando estes, de manhã, chegam aos estaleiros, fazendo inúmeros mortos e feridos. Este massacre provoca uma grande erupção de violência na cidade, que se prolonga ao longo de todo o dia. Ao fim da tarde, a revolta estende-se à cidade de Slupsk, tendo havido toda a espécie de brutalidades policiais na repressão aos operários.

É ainda no mesmo dia que estala a revolta em Szczecin. Este acontecimento é de importância capital na medida em que é nesta cidade portuária próxima da fronteira alemã que o movimento prosseguirá ainda, quando começa a haver um certo abrandamento nas outras cidades.

Greves, manifestações e ataques aos edifícios marcam a explosão da revolta em Szczecin. Ouve-se gritar «somos trabalhadores e não malfetores», e reivindicamos salários mais elevados e liberdade de opinião».

Foi formado um comité de greve. Ele assumiu todo o poder na cidade, tomou conta dos comandos do partido e do município. É o comité de greve que decide tudo. Foi organizado um serviço de ordem. Operários com braçadeira mantinham a ordem, asseguravam os transportes em comum e o abasteci-

mento normal da cidade. Ao mesmo tempo, montavam guarda à volta das instalações.

11. O comité de greve do estaleiro naval Adolf Warski e do estaleiro de reparação de Szczecin apresenta o seguinte caderno reivindicativo:

«Nós, trabalhadores dos estaleiros navais, dissociamo-nos completamente de todas as reivindicações de carácter político ou antigovernamental; as nossas reivindicações são exclusivamente de ordem económica. Os trabalhadores dos estaleiros navais estão solidários com os trabalhadores de toda a região costeira, apoiam as suas justas reivindicações e iniciam uma greve nos locais de trabalho em apoio das seguintes reivindicações:

1) Pedimos a demissão do actual Conselho Central dos Sindicatos, que nunca defende os interesses da classe operária;

10) Pedimos a revogação do decreto de 17 de Dezembro de 1970 relativo ao emprego de armas;

11) Pedimos o castigo de todos os culpados do massacre dos trabalhadores, que lutavam pelos seus direitos fundamentais, e não permitiremos que se atire sobre operários indefesos;

12) Exigimos o castigo, sem olhar às suas hierarquias no Partido ou no Governo, de todos os responsáveis pela crise económica no nosso país;

13) Pedimos que a imprensa, a rádio e a televisão não apelidem os trabalhadores de delinquentes e que todos os que o tenham feito sejam punidos;

14) Pedimos que os ordenados dos funcionários do Partido e do Governo sejam restringidos e equiparados aos salários médios praticados na indústria;

15) Pedimos que os preços das refeições nas cantinas da Polícia e do Partido sejam suficientemente eleva-

12. Sexta-feira e Sábado, 18 e 19 de Dezembro, as greves prosseguem em Gdansk, Gdynia e Elblag.

Em Szczecin dão-se vários incidentes. A sede do Partido é incendiada e o edifício da milícia é tomado de assalto. A multidão ataca a prisão para libertar os detidos; ao segundo ataque as forças da ordem abrem fogo. O comité de greve controla completamente a situação.

Entretanto, o Comité Central do Partido decide na sua reunião do dia 18 destituir Gomulka, que desde 1965 era o secretário-geral.

Domingo, dia 20, o Comité Central substitui-o por Gierek. Este iria assentar toda a sua estratégia anti-operária na mistificação dos «erros» de Gomulka, durante vinte anos o chefe incontestado do Partido. Era preciso a todo o custo mudar alguma coisa (neste caso o chefe do Partido) para que tudo ficasse na mesma.

13. A manobra de destituição de Gomulka, apontado como o responsável por todas as dificuldades, não resulta imediatamente. A retomada do trabalho apresenta-se difícil e só depois de aturadas discussões entre as autoridades e os grevistas.

E sobretudo em Szczecin que as negociações se apresentam difíceis. De facto, é aí que os grevistas estão melhor organizados.

Domingo, 20 de Dezembro, os representantes do Partido, dos Sindicatos e do Município discutem com os operários do estaleiro naval os «problemas dos salários e dos preços, as causas e o desenrolar dos incidentes, a actividade dos sindicatos, os meios de informar sistematicamente a sociedade e a necessidade de restabelecer a paz e a ordem». A retomada do trabalho só se fará depois de 22 de Dezembro.

14. Embora mantendo os aumentos de preços que foram a causa próxima e directa da revolta, a nova equipa dirigente aplica-se a tomar medidas apaziguadoras.

A 22 de Dezembro, o Governo revoga a ordem de 17 de Dezembro, de abrir fogo sobre os manifestantes.

A 23, Gierek anuncia que o governo consagrará sete biliões de zlotys a medidas destinadas a melhorar a situação material dos assalariados de baixos rendimentos e com famílias numerosas. Este montante, segundo Gierek, não seria distribuído de uma maneira arbitrária. A classe operária seria consultada a este respeito no decurso de reuniões que teriam lugar nesse próprio dia e no dia seguinte. Por outro lado, prometeu o congelamento dos preços da maior parte dos géneros alimentares durante dois anos.

A 28 de Dezembro o primeiro secretário do comité regional do Partido declara em Szczecin que ninguém seria perseguido nem sujeito a represálias pela sua participação na greve.

A 29 de Dezembro, o bureau político do Partido examina propostas relativas ao aumento dos salários mais baixos. A 31 de Dezembro, o Governo e o Praesidium do Conselho Central dos Sindicatos adoptam um decreto relativo à repartição do fundo social de 7,4 biliões de zlotys, tal como tinha sido prometido por Gierek; é precisado que as medidas adoptadas resultam de consultas efectuadas em 106 empresas.

No entanto, o alcance de todas estas medidas de apaziguamento é demasiado limitado. A efervescência continua nas fábricas, onde se realizam quase todos os dias reuniões espontâneas. Estas reuniões duram várias horas e são muito agitadas.

15. A partir de 5 de Janeiro, 3000 operários dos estaleiros navais de Gdansk põem-se de novo em greve. Eles exigem a libertação de 200 operários presos após a revolta de Dezembro. E pedem também que Gierek venha à cidade para que a situação lhe seja apresentada directamente.

Declarações de um operário dos estaleiros navais de Gdansk:

«Numerosos eram aqueles que estavam firmemente convencidos que as coisas se modificariam e melhorariam depois de tudo o que se passou durante os dias que precederam as festas de Natal. De facto, nada mudou. Todos temos a impressão de não termos ouvidos em Varsóvia. É verdade que houve qualquer coisa de novo. As lojas encheram-se como que por encanto de laranjas, limões, carne e outros géneros. Além disso, prometeram-nos aumentos de sa-

(Continua na pág. 7)



Da revista «Ramparts»

2) Pedimos sindicatos independentes que apoiarão e defenderão a classe operária;

3) Pedimos o retorno dos preços dos géneros alimentares ao nível de antes de 12 de Dezembro de 1970;

4) Pedimos um aumento de salários de 30 %;

5) Pedimos o pagamento do salário normal durante a greve;

6) Pedimos o reembolso aos trabalhadores de todas as perdas que eles tenham sofrido em consequência da greve, nomeadamente o pagamento de indemnização a todas as famílias que tenham tido mortos ou feridos no decurso dos acontecimentos;

7) Pedimos que todos os trabalhadores presos em consequência da greve sejam libertados, e que não lhes seja instaurado nenhum processo nem sofram quaisquer represálias no trabalho;

8) Pedimos que nenhuma represália judiciária ou no domínio do emprego seja dirigida contra os membros do comité de greve e os grevistas;

9) Pedimos que não haja nenhuma ingerência das forças armadas nas empresas e não permitiremos que o exército se rebaise, prejudicando a sua honra, mascarando a polícia com uniformes militares;

dos, de acordo com os preços praticados no país em geral;

16) Pedimos o estabelecimento de condições que permitam a promoção de habitações e a sua justa repartição sem privilégios para certos grupos sociais;

17) Pedimos que o aparelho administrativo seja reduzido a proporções razoáveis;

18) Pedimos que seja levantado o corte de comunicações telefónicas com Szczecin;

19) Pedimos para ser informados correctamente pela rádio, a televisão, e imprensa, sobre a situação económica e política do país;

20) Pedimos que os membros da Dieta (parlamento) para a província de Szczecin, com o general Jaruzelski à cabeça, venham ter connosco para examinar as nossas justas reivindicações fundamentais;

21) Quando as nossas reivindicações tiverem sido satisfeitas e as autoridades responsáveis o tiverem dado a conhecer pela rádio, televisão e imprensa, retomaremos o trabalho;

22) Depois de termos obtido satisfação retomaremos o trabalho correcta e honestamente.»